

RESTAURO PARTICIPATIVO APLICADO AO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: DISCUSSÕES E MODELOS

JULIANA CAVALHEIRO RODRIGHIERO¹; **MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI**
FERREIRA²; **DIEGO LEMOS RIBEIRO³**

¹*Universidade Federal de Pelotas – juh_rodrighiero@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – leticiamazzucchi@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – dlrmuseologo@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre restauro participativo associado ao patrimônio arquitetônico, representa um recorte do aporte teórico da pesquisa de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), iniciada no corrente ano. A tese, que tem por finalidade discutir questões acerca dos processos relacionados ao restauro participativo aplicado ao patrimônio arquitetônico, busca compreender como a participação social é integrada pelos programas de restauro e como tais intervenções podem servir para fortalecer a ressonância nas comunidades envolvidas.

Tendo em vista a abrangência do tema, neste trabalho foi delimitado um recorte conceitual, buscando apresentar para além dos aportes teóricos relacionados com a temática, alguns modelos nacionais e internacionais, que integram em suas diretrizes, a participação social durante os processos de preservação e restauração. Ainda que a teoria contemporânea da conservação-restauração aponte para a necessidade de desenvolver processos de conservação e restauração em sinergia com as comunidades que o envolvem, pouco são os estudos e reflexões sobre esse tema, que vem sendo cada vez mais posto em valor por órgãos de proteção do patrimônio.

2. METODOLOGIA

Os conceitos e os modelos indicados nesta pesquisa, são oriundos, de uma pesquisa teórica-conceitual, que foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e estudos de caso. Sendo assim, tais reflexões foram embasadas, especialmente, em autores como Milani (2008), Bárbara Appelbaum (2007), Paula Porta (2012), Salvador Muñhoz Viñas (2005), e também e por meio de documentos oficiais, essencialmente as cartas patrimoniais Normas de Quito (1967), Declaração de Amsterdã (1975), Declaração de Tlaxcala (1982) e Carta de Petrópolis (1987).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo “restauro participativo” é oriundo dos processos de restauração, no qual, a participação social é integrada para e durante as tomadas de decisões. Essa participação social, é sustentada por meio das políticas participativas, isto é, políticas que incluem a sociedade para agir participativamente durante os processos de restauro, permitindo, até certo ponto, contribuição nas decisões, que pode ser reconhecida através da atuação de conselhos, institutos, representações civis e audiências públicas, todas com caráter democrático. Assim, as escolhas durante os processos, não se concentram apenas no campo técnico, mas, integram a valoração do bem como ponto de partida possibilitando, portanto, tal interação.

A participação propõe uma construção na transformação social, onde, as práticas participativas, podem evoluir e variar conforme os contextos históricos, geográficos e sociais (MILANI, 2008). Essa participação é apresentada pelas Normas de Quito (1967), enfatizando a necessidade da inserção social para o desenvolvimento de projetos associados à valorização do patrimônio. Assim, os planos de conservação, devem buscar o conhecimento da opinião dos grupos envolvidos para a sua elaboração (AMSTERDÂ, 1975). A Declaração de Tlaxcala (1982) e Carta de Petrópolis (1987), também abordam essa relação social no desenvolvimento dos processos de restauração, e abordam, respectivamente: a participação da comunidade por meio das tomadas de decisões em ambientes que representassem o seu habitat e, a importância da participação da comunidade nas políticas públicas de patrimônio (SANTOS, 2018).

Reafirmando tais preceitos, a teoria contemporânea da Conservação-Restauração, sobretudo, Salvador Muñoz Viñas (2003) e Bárbara Appelbaum (2007), para além da visão técnica, incluem a visão intelectual — através da subjetividade, essencialmente, por meio das relações sociais. Para ambos, a decisão final dos processos de restauração deve partir do conservador-restaurador, mas, a sociedade deve agir participativamente durante as escolhas. No livro *Contemporary Theory of Conservation* (2003), Vinás, apresenta uma teoria contemporânea baseada na preferência, no gosto e satisfação. Além disso, seus conceitos fundamentam-se em três principais questionamentos: O que? Para que? E para quem preservar, conservar e restaurar? Dessa forma, se considera que o critério principal que deve embasar a restauração, é a satisfação de um maior número de pessoas cujo, o seu trabalho afetará em um futuro.

Similarmente, Appelbaum (2007), também inclui as pessoas e os agentes envolvidos para a tomada de decisão, a tornando, portanto como o foco. No livro *Conservation Treatment Methodology* (2007), Appelbaum apresenta quatro tópicos essenciais acerca dos tratamentos aplicados aos bens: Caracterização do objeto; Estabelecer o objetivo do tratamento; Escolha de um tratamento; Documentação e Tratamento. Para a eficiência do tratamento, Appelbaum (2007) considera que é necessário um conjunto de informações, tanto sobre o objeto, quanto às informações que o envolvem, que podem ser integradas por meio de terceiros para a fonte de conhecimento acerca do bem.

Na prática, para compreender o restauro participativo, foram analisados alguns modelos de programas no âmbito nacional e internacional, que integram em suas diretrizes¹, a participação social. Dentre eles, no Brasil, foi selecionado o Monumenta e no âmbito internacional, o *Plan Especial de Desarrollo Integral* (Cuba) e *Union REMPART* (França). O Monumenta foi um dos principais programas de recuperação de Bens Culturais executado no Brasil e, após seu término, a sua continuidade se deu por meio do Programa PAC Cidades Históricas. O Programa Monumenta foi criado pelo Governo Federal sob cooperação do Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que embora elaborado em 1995, só passou a funcionar efetivamente em 2000.

Este programa teve como principal objetivo, a realização de intervenções que unissem a preservação do patrimônio histórico e o desenvolvimento local, proporcionando oportunidades de emprego e inclusão social (ALMEIDA, 2007). De acordo com Bonduki (2010), o programa buscava qualificar os espaços públicos de caráter histórico e uma das diretrizes dispostas em seu “Regulamento

¹ O que não representa que tais programas, aplicaram, de fato, tal participação social durante os processos de preservação e restauração.

Operativo” era um processo participativo, isto é, a participação social de diferentes segmentos da sociedade.

No entanto, embora tais diretrizes, o Monumenta apresentou dificuldades em inserir os processos participativos, devido a “desmobilização da população”, o que levou, a quase nenhum município inserir tais participações — nem por meio de organizações ou representantes — e as decisões limitaram-se entre as Unidades responsáveis, escritório do IPHAN e Prefeituras (BONDUKI, 2010). Em contrapartida, diferentemente do programa brasileiro, os programas internacionais, podem ser considerados eficientes, levando em consideração a inserção da participação social durante os processos de restauração.

O *Plan Maestro* (PM), é um projeto desenvolvido pela *Oficina del Historiador* — escritório encarregado pela restauração e preservação de Havana Velha (Centro Histórico de Havana/Cuba). Azevêdo (2017) destaca que o PM é responsável pela elaboração do *Plan Especial de Desarrollo Integral* (PEDI), que tem por finalidade agir como um agente de transformação local, visando além do desenvolvimento sustentável, a participação de seus residentes. Assim, o plano integra e convoca a população que reside em Havana Velha, para atuar ativamente nas mudanças socioculturais que o ambiente está sofrendo (IGLESIAS e PÉREZ, 2014, apud AZEVÊDO, 2017, p. 14), tornando a sociedade como um importante ator nos processos de restauração e revitalização da área.

Já a *Réhabilitation et Entretien des Monuments et du Patrimoine Artistique* (REMPART), é uma associação que viabiliza a reabilitação e manutenção de monumentos e patrimônio artístico, com cerca de 170 associações dispersas pela França, que organizam projetos voluntários desde 1982. O propósito da associação, além de propor a ação de restauro, é incluir ao projeto, uma finalidade no qual, a sua reabilitação deva ser útil para a comunidade local (REMPART). Com isso, os bens restaurados pelo REMPART, passam a ser reutilizados e integram projetos de desenvolvimento que contam diretamente com a participação social para a seu desdobramento e propagação. O REMPART também apresenta uma relação com a educação pois, também visa a formação técnica, em que, além do indivíduo poder cooperar para os processos de restauração, também é possível a sua inserção no campo profissional.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho refere-se a uma pesquisa que está em andamento, e desta forma, alguns dados não foram ponderados até o momento, o que proporciona, portanto, somente uma abordagem teórico-conceitual e considerações parciais. Assim, o termo restauro participativo, é designado às restaurações que integram durante as intervenções, a participação social, buscando o compartilhamento das tomadas de decisões. Quando se pensa na aplicabilidade deste restauro participativo, se nota que muitas vezes, os programas apresentam diretrizes similares, no entanto, aplicabilidades diferentes. O Monumenta, por exemplo, ainda que possua diretrizes participativas, não apresenta efetividade na sua aplicabilidade, pois, a maioria dos municípios não conseguiram inserir tal ação.

Por outro lado, os modelos internacionais, parecem ser mais eficientes neste aspecto e, integram ligeiramente a sociedade beneficiada para compartilhar as decisões durante os processos de restauração. Para mais, se verifica que além da inserção para as tomadas de decisões, o REMPART qualifica a sociedade para executar os processos de restauração e também, a prepara para o mercado de trabalho. Por fim, o que se busca como resultado desta tese, é para além do aporte teórico, buscar compreender por que em alguns contextos, a integração da

participação social é mais eficiente do que em alguns lugares e, como tal integração, pode colaborar para os processos de ressonância, isto é: a identificação que a sociedade desenvolve para e com os bens culturais, essencialmente, o patrimônio arquitetônico, que é o objeto central desta pesquisa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Fernando. Apresentação. **Patrimônio vivo – Programa Monumenta**. Distrito Federal: IPHAN, 2007.

APPELBAUM, Bárbara. **Conservation treatment methodology**. CONSUMER GUIDE/PUB. INTERN'L LTD. 2007

AZEVÊDO, Gabriela. **RESTAURO PARTICIPATIVO: O trabalho da Oficina do Historiador em Havana Velha**. ICOMOS BRASIL, Belo Horizonte, 2017. p. 1-18

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de Centros Históricos**. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NACIONAL. **Normas de Quito**. 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf> . Acesso em: 20 de Agosto de 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NACIONAL. **Declaração de Amsterdã**. 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf> . Acesso em 19 de Agosto de 2019.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, Maio, 2008.

PORTA, Paula. Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)**. Brasília: MEC/IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf . Acesso em: 19 de Agosto de 2019

REMPART. Disponível em: <https://www.rempart.com/> Acesso em 28 de Maio de 2019.

RODRIGUEZ, Patricia. Modelo de gestión para el Centro Histórico de La Habana. **Manejo y Gestión de Centros Históricos - Conferencias de los Encuentros Internacionales II y III**. Habana: OHCH, Ediciones Boloña, Colección Arcos, 2006.

SANTOS, Cláuber Gonçalves dos. **Patrimônio cultural, políticas públicas e participação social no município de Pelotas, Rio Grande do Sul (2006-2016)**. Tese (doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. - Reino Unido: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.